

35 do CEHIDRO em Substituição, não poderia comparecer à esta reunião devido a
36 compromissos pré-agendados. Em seguida, o Secretario Executivo colocou em
37 apreciação a Ata da 18ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos
38 Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se
39 manifestando o Presidente em Substituição colocou em votação a Ata da 17ª Reunião
40 Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada. Dando
41 continuidade à pauta, o Secretário Executivo iniciou os informes passando a palavra à
42 conselheira Alessandra Panizi que apresentou a Cartilha de calendário das Obrigações
43 Ambientais, destacando que a mesma possui todos os dados e datas de obrigações
44 ambientais federais e do Estado de Mato Grosso, destacando que a mesma será
45 publicada anualmente. Em seguida o Secretario Executivo informou aos conselheiros que
46 no dia 23 de maio foi dada posse aos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica dos
47 Afluentes da margem Esquerda do baixo Teles Pires, destacando que este é o 3º comitê
48 implantado oficialmente no Estado. Em seguida colocou aos conselheiros que nos dias 05
49 e 06 de junho ocorrerá a X Semana do meio Ambiente, no Parque Mãe Bonifácia,
50 convidando os conselheiros a participar. Informou aos conselheiros que será necessário
51 convocar uma reunião da CTAS para tratar da outorga em tanques escavados, a qual é
52 uma demanda da SEMA, ponderando que a mesma será feita por email posteriormente.
53 Dando continuidade à pauta, o Secretario executivo passou à Indicação do CEHIDRO
54 para as vagas no Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano de Recursos
55 Hídricos da Região do Paraguai, de acordo com a Resolução CNRH nº 152/2013,
56 passando a palavra à Secretaria do CEHIDRO, a qual colocou que os candidatos foram,
57 vaga de usuário no setor de Abastecimento/Saneamento a Cab Cuiabá, para a vaga de
58 usuário no setor de Industria a FIEMT, para a vaga de vaga de usuário no setor de
59 Hidroeletricidade a Araguaia Geradora de Energia, para a vaga de sociedade civil no setor
60 de entidades de ensino e pesquisa a UFMT e para a vaga de sociedade civil no setor de
61 Organizações Não Governamentais se candidataram a ABES, o IPAC, e o AÇÃO VERDE.
62 A conselheira Alessandra Panizi ponderou que somente se deveram ser considerados os
63 membros suplentes da Plenária quando nenhum titular manifestar interesse à vaga, o que
64 foi aprovado pelos conselheiros, retirando-se assim a candidatura do IPAC como
65 sociedade civil no setor de Organizações Não Governamentais. Ratificou-se a indicação
66 da CAB Cuiabá, FIEMT, Araguaia Geradora de Energia e UFMT por unanimidade e
67 colocou-se em votação a indicação para a vaga de sociedade civil no setor de
68 Organizações Não Governamentais, a Ação Verde recebendo dois votos e a ABES sete

69 votos, sendo a ultima eleita por maioria simples. O Secretario Executivo passou então à
70 apreciação da Minuta de Moção a inclusão de representantes dos Comitês de Bacia
71 Hidrográfica Estaduais instituídos e dos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento
72 Econômico e Sócio-ambiental do Estado de Mato Grosso no Grupo de Acompanhamento
73 da Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraguai,
74 instituído pela Resolução nº 152 de 17 de dezembro de 2013, ponderando que esta foi
75 uma solicitação da Plenária em reunião anterior e destacando que não pode garantir que
76 será feita a inclusão, pois a Resolução nº 152 já encontra-se em vigor, porem irá levar
77 esta demanda ao CNRH se aprovada. Colocou em votação a Minuta de Moção, a qual foi
78 aprovada com doze votos a favor, três votos contrários (FIEMT, Agropecuária Chapada
79 dos Guimarães e Alto Jauru Energética) e nenhuma abstenção. Dando continuidade à
80 pauta, o Secretário Executivo passou a palavra ao conselheiro Hélio Castro para
81 apresentar as metas contratuais da CAB Cuiabá em relação ao Esgotamento Sanitário. O
82 conselheiro Hélio Castro iniciou a colocando que o Plano Municipal se divide em cinco
83 sub bacias, sendo elas Ribeirão do Lipa, Parque Cuiabá, Dom Aquino, Tijucal e CPA,
84 porem ainda esta sendo avaliado se está é a melhor divisão. Apresentou as cinco sub
85 bacias, as principais ações executadas e a projeção da evolução da coleta e tratamento
86 de esgoto em cada uma. Encerrou sua apresentação agradecendo o espaço e abrindo
87 para perguntas. A conselheira Sara Caporossi questionou se o sistema de coletas esta
88 sendo feito baseado no projetado hoje, ao que o conselheiro Hélio Castro respondeu que
89 inicialmente esta se buscando igualar coleta e tratamento. A conselheira Sara Caporossi
90 questionou se esta se prevendo fazer a rede coletora em toda a área, ao que o
91 conselheiro Hélio Castro respondeu positivamente, ao que a conselheira Sara Caporossi
92 questionou se no bairro tijucal já existe efetivamente 90% de coleta, ao que o conselheiro
93 Hélio Castro respondeu que neste esta se utilizando o sistema misto, destacando que
94 esta se fazendo um trabalho de reabilitação da ETE Dom Aquino, porem que na época de
95 chuva não é viável se fazer o tratamento de todo o volume coletado pelo sistema misto. A
96 conselheira Sara Caporossi questionou se não esta contemplado a separação total do
97 esgoto das galerias pluviais, sendo respondida pelo conselheiro Hélio Castro que tem de
98 ser avaliado se haverá a ligação do esgoto na rede, o que não esta ocorrendo,
99 ponderando que fazer a ligação não é uma prerrogativa da concessionaria, tem que se
100 verificar a viabilidade de se fazer uma grande intervenção no centro da cidade para fazer
101 o sistema de separação total. O Sr. Cesário, presidente do Sinduscon, colocou que não
102 foi colocado no projeto de lei que seria um sistema misto, e sim um sistema de separação

103 total, sendo inclusive a base para discussão o grande investimento necessário a ser feito
104 pelo município, sendo complementado pela conselheira Sara Caporossi que inclusive se
105 comentou na época que a CAB teria um susto quando fosse fazer obras no centro da
106 cidade para fazer a rede de coleta, pois se pressupunha que seria separação total. O Sr.
107 Cesário questionou se a população levada em consideração nos dados percentuais
108 apresentados é a população do diagnostico ou o crescimento populacional projetado. O
109 Sr. Robson Tadeu Pereira, representando a CAB Cuiabá, respondeu que a CAB é final de
110 processo, e seu contrato esta baseado no plano municipal de saneamento, o qual deve
111 ser inclusive discutido novamente no ano que vem, ponderando que pode se universalizar
112 a coleta de esgoto de acordo com a capacidade de pagamento do consumidor, porem não
113 é cultura da população pagar pela agua. Destacou ainda que o contrato da CAB é de
114 metas, e novas metas podem ser incluídas, e colocou que o crescimento considerado no
115 plano é o crescimento vegetativo da população, e não uma demanda de deslocamento da
116 população que foi colocada pela Sinduscon, a qual impacta na tarifa. O Sr. Cesário
117 colocou que o plano não prevê nem a desagregação típica da população de Cuiabá nem
118 o aumento da população pela migração. O Sr. Robson Pereira ponderou que existe
119 capacidade excedente em alguns pontos, como na ETE Dom Aquino, ao que o Sr.
120 Cesário ponderou que existe um perímetro em que as empresas de construção podem
121 atuar e é papel da prefeitura levar as concessões ate lá. A conselheira Sara Caporossi
122 colocou que os dados apresentados não são reais, ponderando que não existe esta coleta
123 e este tratamento em Cuiabá, destacando que são necessários os dados reais para se
124 possibilitar uma avaliação. O Secretario Executivo colocou que o Plano Municipal de
125 Saneamento pode ser revisado e estas informações devem ser levadas ao trabalho com o
126 Plano. O Sr. Robson Pereira complementou que inclusive se verifica que existem
127 melhores formas de divisão do município para potencializar o atendimento à cidade,
128 ponderando que a longo prazo as metas apresentadas serão atingidas, mesmo que no
129 momento não estejam. A conselheira Telma Monteiro colocou que o Plano Municipal de
130 Agua e Esgoto não foi amplamente discutido com a sociedade, ponderando eu o setor de
131 Saúde foi excluído do processo e que o mesmo não foi feito de forma a propiciar uma
132 ampla discussão, destacando que este é o momento de verificar como deve ser feita esta
133 participação efetiva na reformulação que será feita no ano que vem. A conselheira
134 Alessandra Pazini ponderou que seria importante para a participação na revisão do plano
135 a divulgação dos dados reais, ao que o Sr. Robson Pereira respondeu que estes dados se
136 encontram disponíveis no site da AMAE. A conselheira Alessandra Panizi ponderou então

137 que a CAB deveria ter apresentado os dados reais, já que estão disponibilizados,
138 podendo inclusive justificar porque apresentam estes números. O Sr. Robson Pereira
139 colocou que nos três primeiros anos foram feitas obras que estão fora do plano,
140 destacando que neste período deveria ser priorizado o abastecimento de água,
141 ponderando que está sendo solicitado um adiantamento de informações que ainda
142 encontram-se em fase de estudo. A conselheira Telma Monteiro sugeriu que o Conselho
143 solicite o relatório de avaliação do Plano com as metas. O conselheiro Jesse Rodrigues
144 colocou que foi enviado junto com a pauta o parecer feito por ele sobre o enquadramento,
145 destacando que estes pontos serão discutidos depois e sugerindo que se passe ao
146 próximo item da pauta. O Sr. Cesário ponderou que a dificuldade da participação da
147 sociedade organizada se deveu a uma falta de divulgação, sugerindo que a CAB fizesse
148 uma ampla divulgação da revisão do Plano, mesmo que isto não esteja entre as suas
149 responsabilidades. O Secretario Executivo passou a palavra ao conselheiro Jesse
150 Rodrigues, para que o mesmo apresentasse seu Parecer do Pedido de Vista referente às
151 Minutas de Resoluções nº 65 que revoga o Art. 7º da Resolução nº 29 de 24 de setembro
152 de 2009, nº 66 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio
153 Coxipó no município de Cuiabá/MT, nº 67 que enquadra transitoriamente trechos de
154 corpos hídricos da bacia do Rio Barbado no município de Cuiabá/MT, nº 68 que enquadra
155 transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Ribeirão do Lipa no município
156 de Cuiabá/MT e nº 69 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia
157 do Rio São Gonçalo no município de Cuiabá/MT. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu
158 que fosse criada uma Câmara Técnica ou um Grupo de Trabalho para discutir as metas
159 intermediárias para estes corpos hídricos e também regulamentar o procedimento a ser
160 adotado para realizar o enquadramento transitório em novos corpos hídricos. A Secretaria
161 do CEHIDRO ponderou que o enquadramento transitório é uma exceção concedida na
162 Resolução CNRH nº 91, e que o Conselho deve ponderar sobre a necessidade de
163 regulamentá-lo e assim transforma-lo em regra, sendo complementado pelo Secretario
164 Executivo que a intenção é que se faça o enquadramento formal. O conselheiro Jesse
165 Rodrigues leu trechos do Parecer, destacando que solicita a inclusão de metas
166 intermediárias e que o enquadramento deve ser melhor discutido no CEHIDRO, lendo as
167 ações e proposições constantes do seu parecer e encerrou pedindo aos conselheiros que
168 contribuíssem caso tivessem algo a acrescentar. A Secretaria do CEHIDRO colocou que
169 deve ficar claro para os conselheiros a diferença entre o enquadramento dito formal, que
170 demandam estudos, diagnósticos e reuniões públicas, e o enquadramento transitório, que

171 é um exceção apresentada na Resolução CNRH nº 91 a ser utilizada quando não é viável
172 a realização destes estudos e atendendo ao uso preponderante mais restritivo encontrado
173 no corpo hídrico, ponderando ainda que existe diferenças entre as metas intermediárias
174 do corpo hídrico e as metas intermediárias de cada usuários, destacando que estas
175 ultimas são definidas em portaria de outorga e não cabe sua colocação em resolução, e
176 que a somatória destas metas de usuários que levará a atingir a melhoria no corpo
177 hídrico, apresentada como meta intermediária deste corpo hídrico. A conselheira Sara
178 Caporossi colocou que devemos buscar a melhoria do corpo hídrico, pois de outra forma
179 a preocupação não tem valor nenhum, ponderando que se mantiver em classe 4 iremos
180 perder o controle dos recursos hídricos em quatro anos. O Secretario Executivo ponderou
181 que a SEMA trouxe ao CEHIDRO para dar conhecimento do que esta ocorrendo e para
182 que o Conselho auxilie na realização do enquadramento dito formal. O Sr. Cesário
183 colocou que entende que a SEMA não tem condições de realizar o enquadramento dito
184 formal, porem destacou que não são somente nestes corpos hídricos que existem
185 problemas e ponderou que deve ser viabilizado o mesmo processo de enquadramento
186 para corpos d'água onde seja necessário. O Secretario Executivo respondeu que é
187 especifico para estes corpos d'água devido a ser esta a única demanda que esta na
188 SEMA, porem não significa que iremos negar esta possibilidade em casos posteriores. A
189 conselheira Alessandra Panizi colocou que entende que existe a diferença entre o
190 enquadramento formal e o transitório, porem ponderou que não existem sanções caso o
191 governo não realize o enquadramento dito formal no prazo de cinco anos nem metas para
192 a melhoria do corpo hídrico, destacando que não é contrária ao enquadramento transitório
193 porem é necessário se colocar garantias mais palpáveis nas resoluções. O conselheiro
194 José Ferraz colocou que para se chegar longe deve se dar o primeiro passo e assumir os
195 erros, sugerindo que fosse colocado em votação a aprovação ou não da proposta do
196 conselheiro Jesse Rodrigues, pois todos os conselheiros já foram suficientemente
197 esclarecidos e o Conselho esta perdendo tempo com preciosismos. A conselheira Luciana
198 Barreto colocou que a CAB esta pedindo a outorga há quatro anos e postergando um
199 problema real e que sem o enquadramento dito formal não temos dados nem estudos
200 para estabelecer metas intermediárias ou a classe a ser enquadrado o corpo d'água,
201 somente o uso preponderante mais restritivo. O Sr. Robson Pereira complementou que
202 esta questão já foi discutido com o Ministério Público e o mesmo deve acionar o Estado
203 por não realizar o enquadramento dito formal, destacando eu este é tudo que queremos,
204 porem o possível para melhorar o corpo hídrico é através da universalização da coleta do

205 esgoto, que somente será possível se a CAB obtiver a outorga e conseqüentemente o
206 licenciamento para conseguir o financiamento necessário. O conselheiro Jesse Rodrigues
207 ponderou que não quer negar o enquadramento transitório, somente melhorar o que foi
208 proposto. A conselheira Sara Caporossi ponderou que a repercussão da decisão do
209 CEHIDRO não se limitará somente à Cuiabá, destacando que a presidente da ABES já
210 entrou em contato com ela para saber do resultado da discussão. A conselheira Jeannie
211 Silva colocou que a discussão não está avançando, somente se repetindo argumento já
212 colocados, sugerindo que seja votada logo a questão. O Secretario Executivo ponderou
213 que o CEHIDRO é democrático e por esta razão assuntos ditos polêmicos deverão ser
214 sim discutidos até o completo entendimento das partes, nem que para isto sejam
215 necessárias várias reuniões. O conselheiro Pedro Siviero colocou que deve ser
216 estabelecidas condicionantes, destacando que o texto da forma como se encontra não
217 pode ser votado e sugerindo que se elabore melhor o texto referente ao prazo de validade
218 da resolução e se incluam metas intermediárias. O Secretario executivo colocou em
219 votação então duas propostas, sendo a primeira a aprovação da Minuta como está, que
220 recebeu o voto da SEMA, e a segunda sendo a formação de um grupo de trabalho com
221 prazo definido para discutir as melhorias das minutas de resolução, que foi aprovada por
222 doze votos, tendo os Comitês de bacia Instituídos e a Vitoria Régia se abstendo de
223 votar. Ficou definido que o Grupo de Trabalho será formado pelas entidades SEMA,
224 FIEMT, SES, ABES CREA, UFMT E AMAGGI e deverá encaminhar sua proposta ate o
225 dia primeiro de julho para ser discutida na próxima reunião ordinária do CEHIDRO. Nada
226 mais havendo a declarar o Secretario Executivo encerrou a reunião às 11h 23min e eu,
227 Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo
228 Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

229

230

231 **ILSON FERNANDES SANCHES**

232 Presidente do CEHIDRO

233 em substituição

234

231 **NÉDIO CARLOS PINHEIRO**

232 Secretário Executivo do CEHIDRO

235 * Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 16.07.2014.

236 ** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.